

QUALIDADE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL – PROPOSTA METODOLÓGICA

QUALITY OF PEDAGOGIC PROJECTS FOR HIGHER EDUCATION COURSES IN BRAZIL – METHODOLOGICAL PROPOSAL

Marcus Vinicius Marques de Moraes (ORCID: 0000-0002-7217-7898)¹

Tissiane Bona Zomer (ORCID: 0000-0001-5205-6418)²

Stela Maria Meneghel (ORCID: 0000-0002-7615-5784)³

RESUMO

O processo de expansão da Educação Superior no Brasil, ocorrido a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/1996), resultou na democratização e mercadorização desse nível de ensino. Em razão disso, o país instaurou uma política de avaliação das Instituições de Educação Superior (IES), visando à promoção da qualidade por meio da introdução dos conceitos de regulação e autorregulação. Um dos mecanismos de incorporação desses conceitos é o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) que, conforme a legislação nacional, organiza a matriz curricular e as práticas formativas dos estudantes de graduação. Este artigo apresenta uma proposta metodológica para avaliar se e como os elementos de qualidade determinados pela regulação têm sido incorporados aos PPC do país. Elaborada a partir uma matriz de análise, é constituída de 51 itens, mensurados em uma escala tipo Likert. A princípio embasada na estrutura do último PPC do curso de bacharelado em Fisioterapia da Universidade Regional de Blumenau (FURB), foi replicada em outros seis cursos (entre licenciatura e bacharelado) da instituição, validando a proposição inicial. Neste momento, a metodologia está sendo aplicada em PPC de outras IES e cursos, aperfeiçoando seu potencial de identificação dos quesitos de qualidade propostos pela regulação. Caso validada, poderá ser mecanismo útil na verificação dos quesitos de qualidade e o diagnóstico de elementos insuficientes, contribuindo para a sua alteração. O estudo proposto extrapola o entendimento desse instrumento como mero elemento de autorregulação, visto que permite a compreensão de fatores intrínsecos a cada curso.

AUTOR CORRESPONDENTE:
Marcus Vinicius Marques de Moraes
e-mail: moraes.mvm@gmail.com

Palavras-chave: Qualidade da Educação Superior; Projeto Pedagógico do Curso; Metodologia de avaliação da qualidade; Matriz; Escala Likert.

ABSTRACT

The expansion process of Higher Education in Brazil, which took place based on the National Education Guidelines and Bases Act of 1996 (LDB / 1996), resulted in the democratization and commercialization of this level of education. As a result, the country instituted a policy for evaluating Higher Education Institutions (HEIs), offering quality promotion through the introduction of the concepts of regulation and self-regulation. One of the mechanisms for incorporating these concepts is the Pedagogical Course Project (PPC), which, according to national legislation, organizes the curriculum matrix and training practices for undergraduate students. This article presents a proposed methodology to assess whether and how the elements of quality are allowed by the following factors incorporated into the country's PPC. Elaborated from an analysis matrix, it is made up of 51 items, measured on a Likert-type scale. A principle based on the last PPC structure of the bachelor's degree in Physical Therapy at the Regional University of Blumenau (FURB) was replicated in other six courses of the institution, validating the initial proposal. At the moment, the methodology is being applied in the PPC of other HEIs and courses, improving its potential for identifying the quality items proposed by the regulation. If validated, it can be a useful mechanism for checking quality and diagnosing insufficient elements, contributing to its change. The proposed study goes beyond the understanding of this instrument as a mere element of self-regulation, since it allows the understanding of intrinsic factors in each course.

Keywords: Quality of higher education. Course Pedagogical Project. Quality assessment methodology. Matrix. Likert scale.

¹ Professor Doutor do Departamento de Fisioterapia da Universidade Regional de Blumenau.

² Discente do curso de Fisioterapia da Universidade Regional de Blumenau e bolsista PIBIC/FURB

³ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Regional de Blumenau

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) determina à Educação Superior (ES) a responsabilidade pela evolução da comunidade e do país, por meio da oferta de ensino de qualidade¹. Para isso, ela deve prezar não somente pela disseminação do conhecimento, mas também pela dinâmica e produtiva construção do saber². Entretanto, o significativo processo de expansão ocorrido nas últimas duas décadas, favorecido por normativas da própria LDB/1996 (tais como a regularização da educação a distância e a abertura ao capital privado), impactou negativamente sobre o sistema de ES brasileira em termos de qualidade³.

Cabe destacar que, de um lado, houve a democratização do acesso de estudantes na ES, por meio de diversas políticas de inclusão, (as chamadas políticas de ação afirmativa, que permitiram o acesso às Instituições de Educação Superior (IES) por intermédio de cotas étnicas e socioeconômicas) de discentes de baixa renda³. Além disso, foram instalados mecanismos de assistência e apoio à permanência por meio de bolsas e da possibilidade de vincular trabalho e estudo⁴. Contudo, por outro lado, a mercadorização, entendida como a oferta de um serviço ou produto educacional apenas da perspectiva comercial, fez com a ES deixasse de ser vista como um direito fundamental (bem público) e se transformasse apenas em um serviço a ser adquirido (“educação mercantil – mercadoria”)³. Assim, devido à gradativa anulação dos limites entre público e privado, as instituições mercantis encontraram brechas para ofertar formação em nível superior em nada atenta a critério de excelência acadêmica³.

Em contrapartida, o Estado desenvolveu políticas de controle de qualidade por meio da instalação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), aprovado pela Lei nº 10.861/2004, que estabeleceu critérios mínimos, nacionais e de área, para o funcionamento das IES – as chamadas ações de regulação. Nesse sentido, as instituições passaram a ser regularmente avaliadas e quantificadas por meio de mecanismos que aferem seu desempenho, assim como o de seus estudantes, permitindo a análise de seu desempenho⁵.

Um dos instrumentos utilizados pela legislação para assegurar a qualidade da formação foi a obrigatoriedade

de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), em que se identificam a organização da responsável por organizar a matriz curricular e as práticas formativas dos cursos. A princípio, cabe aos PPC incorporarem, em um mecanismo de autorregulação (feita pelos pares), ou seja, por um processo de avaliação associado à regularização, as diretrizes de qualidade definidas pela política nacional de ES⁵. Nessa linha, a análise dos PPC torna-se um interessante mecanismo de identificação quanto a ‘de se’ e ‘como’ os elementos definidos como necessários a promotores de boa formação profissional estão presentes nos cursos de graduação.

Diante do exposto, estabelecemos como pergunta da pesquisa: como analisar se os elementos de qualidade estão presentes nos PPC? Para respondê-la, propusemo-nos a desenvolver uma metodologia de análise, a princípio, tomando como objeto de estudo o PPC mais recente do curso de bacharelado em Fisioterapia da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Esta foi, posteriormente, testada em outros seis PPC da mesma instituição, em cursos de bacharelado e licenciatura.

Cabe destacar que esta pesquisa foi realizada no âmbito de projeto de pesquisa filiado à Rede Universitas/Br, uma rede nacional de pesquisadores do campo da ES e ES aberta, criada na década de 1990, que realiza estudos e pesquisas referentes às políticas do setor a este cenário. Para essa rede, “a base empírica e o referencial teórico devem, assim, ir além da pauta oficial, buscando estabelecer um aprofundamento crítico e epistemológico em cada temática/objeto de conhecimento”⁶. Essa rede apresenta um portal digital próprio (www.redeuniversitas.com.br), alimentado com seus objetivos acadêmicos, no qual demonstra a filosofia, pesquisadores associados, núcleos, publicações e seminários realizados. A pesquisa segue em andamento em seu núcleo na Universidade Regional de Blumenau (FURB), que conta com parceiros, bem como em outras instituições estaduais e federais que também vêm utilizando e aperfeiçoando esta proposta metodológica.

Este artigo está organizado em quatro partes: iniciamos com a contextualização, feita na introdução; e seguimos com a apresentação de como foram elaboradas e desenvolvidas as ferramentas e a metodologia de análise do PPC. Na última parte, ponderamos sobre os aspectos explorados, sintetizando o cenário observado.

Visando atender ao objetivo de identificar como o projeto formativo de um curso de graduação manifesta aspectos relativos às normativas de qualidade postas pelo SINAES, utilizamos abordagem qualitativa-quantitativa ou mista⁷. Esta se mostrou necessária, pois esperamos que possam ser utilizados dados de diversos tipos e formatos de PPC, assim como compreender seus possíveis significados e singularidades, decorrentes de diferentes contextos⁸. Para atender a esse objetivo, buscamos fundamento nos princípios da análise documental, visto que favorece a visualização do processo de maturação e evolução de conceitos e comportamentos⁹.

Este trabalho analisa, na materialidade do objeto de estudo, os projetos pedagógicos de curso, como o projeto formativo de um curso de graduação manifesta aspectos relativos com as normativas de regulação postas pelo SINAES. Contou com abordagem quali-quantitativa, pois almejamos realizar uma investigação com dados objetivos que, de alguma forma, pudesse ser replicada, ao tempo que também atentamos para a compreensão dos possíveis significados e singularidades exibidos pelos dados em diferentes contextos⁶. Para atender a esse objetivo, buscamos fundamento nos princípios da análise documental, visto que favorece a visualização do processo de maturidade e evolução de conceitos e comportamentos⁷.

Escolhemos analisar o PPC do curso de bacharelado em Fisioterapia da FURB, em função de três elementos: vanguardismo regional, evolução dos seus resultados do curso na avaliação do Exame Nacional de Desempenho do Estudante – ENADE (que integra os SINAES); e por ser um curso diretamente voltado à prestação de serviços à comunidade. O curso de Fisioterapia da FURB foi o terceiro da área a ser instalado em Santa Catarina, em 1994; iniciou utilizando o chamado ‘currículo pleno’, até a publicação das primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de Fisioterapia, via parecer CNE/CES nº 2, de 2002^{10,11}; enquanto o segundo currículo mínimo (1983-2002) foi utilizado na primeira graduação de Fisioterapia no estado de Santa Catarina⁸. Este objetivava formar profissionais com autonomia e competência para exercer, nas especialidades, o conhecimento científico, técnico

e humanista, contribuindo para o bem-estar populacional⁹.

Ao longo de seus 25 anos completados em 2019, o curso de Fisioterapia da FURB apresenta trajetória de evolução rumo à excelência se considerados o desempenho dos concluintes no ENADE. Nos anos de 2004, 2007 e 2010, teve conceito 3; e, em 2013, obteve conceito 4. Em 2016, foram promovidas alterações do no PPC e adoção de ações de autorregulação voltadas à melhoria do desempenho na avaliação, como: aplicação da ‘prova integralizadora’ (inspirada nos moldes do ENADE); formação continuada dos docentes; e reuniões da gestão do curso com representantes discentes. Com isso, conquistou a nota 5 (máxima no exame) e projetou a Fisioterapia da FURB como um dos melhores do estado de Santa Catarina e do país.

O recorte temporal da pesquisa foi balizado pela publicação das primeiras DCN do curso de Fisioterapia, ocorrido pelo parecer CNE/CES nº 2 de 2002, bem como das exigências do SINAES. Assim, foram analisados todos os PPC de Fisioterapia publicados nos anos de 2003, 2009 e 2019.

Para a análise dos PPC, desenvolvemos uma matriz contemplando itens de qualidade – avaliação e regulação – previstos nos instrumentos de avaliação do SINAES. Posteriormente, ela foi quantificada em uma escala tipo Likert – 1 a 3. Após a primeira aplicação, a metodologia foi testada em outros seis cursos da universidade: Ciência da Computação e as Licenciaturas de Ciências Biológicas – Biologia, Ciências da Computação, Educação Física, Letras, Matemática e Pedagogia. Isso levou à revisão da matriz inicial, com detalhamentos e complementações, em particular, pela necessidade de contemplar aspectos relativos às diretrizes dos cursos de Licenciatura, no que se refere à Resolução CNE/CP nº 2, de 2015, sobre a Diretriz da Licenciaturas. Desse modo, chegamos à versão final aqui apresentada.

MÉTODOS

A matriz de análise:

A elaboração da matriz tomou por base, inicialmente, elementos de organização do último PPC da Fisioterapia, o qual

atende a uma estrutura desenvolvida pela assessoria pedagógica e pela gestão da instituição com fundamento nas diretrizes do SINAES. A partir dele, definimos a matriz pela constituição de 6 categorias, divididas em 51 elementos.

Categoria 1 – Histórico do curso

Esta categoria considera as seguintes informações sobre: data de criação da IES, data de criação do curso, motivação para sua implantação, base legal/portaria, número de egressos. Além disso, nessa classe, também se consideram as questões referentes ao contexto de oferta do curso: justificativa da oferta, perfil do estudante, formas de ingresso, perfil do egresso, objetivos do curso e áreas de atuação profissional.

Categoria 2 – Políticas institucionais

Nesta esfera, são apresentadas as políticas de ensino, pesquisa, extensão, atendimento ao estudante, inclusão, internacionalização e mobilidade estudantil, acompanhamento de egressos, possibilidade de intercâmbios locais, além de possibilidade de estudos complementares e monitoria.

Categoria 3 – Organização didático-pedagógica

Esta categoria engloba a estrutura e organização curricular, competências e habilidades a serem desenvolvidas em cada fase ou etapa de formação, relação professor-aluno, Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, estágios, componentes de educação a distância (EaD), saída a campo, integração com o sistema local/regional de saúde e com o Sistema Único de Saúde (SUS), alterações das condições de oferta e mudanças nos componentes curriculares.

Categoria 4 – Corpo docente

Nesta parte, os itens de análise deste grupo são: perfil docente (titulação

e regime de trabalho), formação e produção científica docente, Núcleo Docente Estruturante (NDE), titulação do coordenador, presença do colegiado, referência a atividades de pesquisa ou produção acadêmica, e referência a atividades de extensão (vínculo comunitário e sistema de saúde social).

Categoria 5 – Infraestrutura

Considera a quantidade e a qualidade dos laboratórios didáticos especializados, laboratórios de habilidade, condições de acessibilidade, comitês de ética, quantitativo e número de estudantes e desdobramentos de turmas práticas.

Categoria 6 – Avaliações

Esta categoria compreende as avaliações dos discentes (aprendizagem e prova integralizadora), estratégias de avaliação do curso (PPC e resultados em avaliações oficiais) e mecanismos de avaliação docente (de aprendizagem, prova integralizadora, avaliação do curso, do PPC, do docente, a autoavaliação e docente e a avaliação institucional).

O uso da escala Likert

A escala tipo Likert foi agregada à matriz de análise e utilizada para avaliar cada um dos seus elementos de análise, a fim de quantificar as informações extraídas do PPC. Desta forma, facilitou a visualização do processo de adequação do PPC em perspectiva histórica e, ainda, a identificação de aspectos eventualmente ausentes.

O estabelecimento das escalas de 1 a 3 buscou simplificar a classificação dos dados qualitativos, após leitura analítica sobre o que estes números significavam perante a perspectiva histórica. Assim, estabelecemos como indicadores: 1) informação ausente, nos casos que o PPC não apresentava o item analisado; 2) informação parcialmente presente, quando

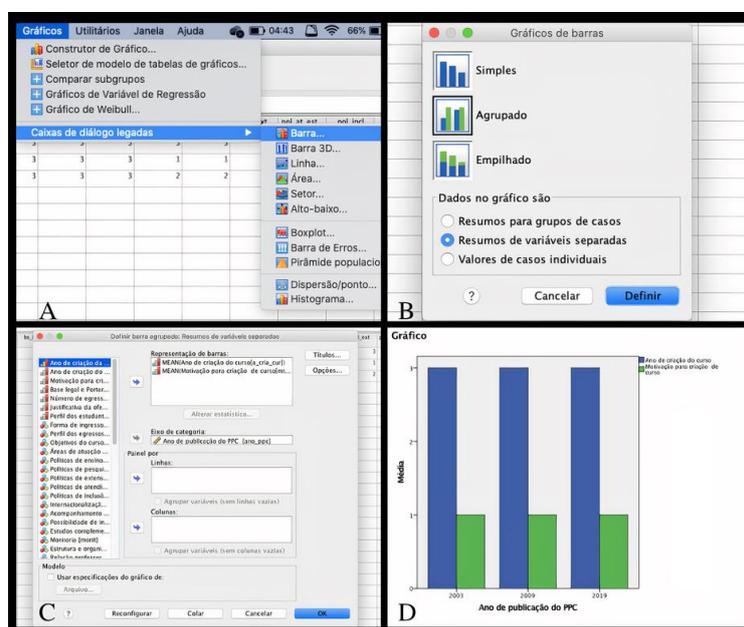
havia evidências do item, mas estas eram parciais ou evidenciavam uma resposta insuficiente, demandando complementos, ou seja, falta algum elemento na descrição; e 3) informação totalmente presente, quando o item em análise estava claro e bem descrito, atendendo por completo ao esperado. Dessa forma, a metodologia permitiu identificar e classificar a qualidade dos elementos informados no PPC. Logo, adotamos esta metodologia para classificar a qualidade da informação evidenciada pelos elementos do projeto pedagógico do curso de Fisioterapia.

Processamento dos dados no SPSS

Os dados obtidos pelo estudo dos três PPC foram processados no aplicativo *Statistical Package for the Social Sciences* - SPSS versão 23.

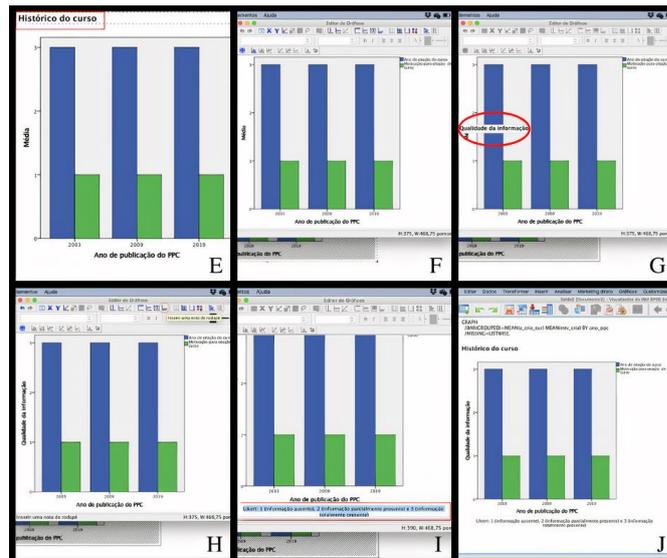
Os dados obtidos pelo estudo dos três PPCs foram processados no aplicativo *Statistical Package for the Social Sciences* - SPSS versão 23. Estes originaram 13 gráficos (para cada curso), por meio do agrupamento de elementos e subdivisão das categorias, a fim de facilitar a observação. Para isso, efetuamos os comandos, conforme as figuras abaixo.

Figura 1 – Processo de construção dos gráficos



A. Seleciona-se gráficos, caixa de diálogo legadas e barra; B. Opta-se por agrupado, resumo de variáveis separadas e definir; C. Elege-se a representação de barras (elementos que compõe o gráfico) e eixo de categoria (ano de publicação dos PPC), clicando posteriormente em ok; D. O gráfico foi gerado pelo aplicativo.

Figura 2 – Formatação dos gráficos



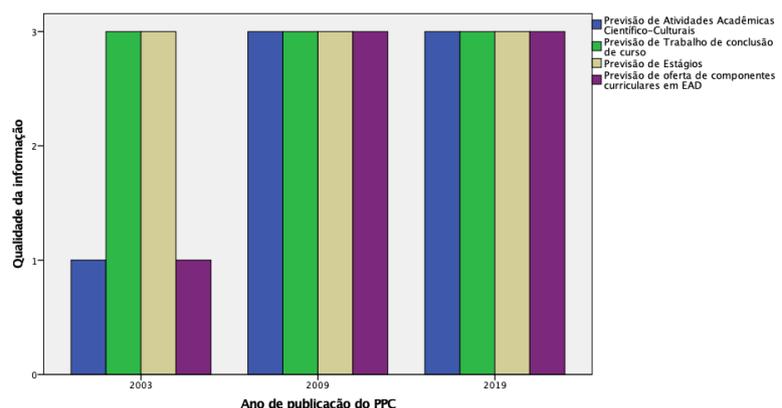
E. Preenche-se o título do gráfico; F. Clica-se duas vezes no gráfico, para por editá-lo; G. Altera-se a média por qualidade da informação; H. Seleciona-se a opção de inserir nota de rodapé; I. Acrescenta-se a descrição da nota de rodapé; J. Este é o gráfico pronto.

RESULTADOS

Desta forma, como resultado, obtemos os seguintes gráficos: histórico do curso (ano e motivação para criação do curso); contexto de oferta I (justificativa da oferta, perfil do estudante e forma de ingresso); contexto da oferta II (perfil do egresso, objetivo do curso e áreas de atuação profissional); políticas institucionais I (políticas de ensino, pesquisa e extensão); políticas institucionais II (políticas de atendimento ao estudante, inclusão e monitoria); políticas institucionais III (internacionalização e mobilidade estudantil, possibilidade de intercâmbios locais e acompanhamento dos egressos);

organização didático-pedagógica I (estrutura e organização curricular, competências e habilidades a serem desenvolvidas em cada fase e relação professor-aluno); organização didático-pedagógica II (AACC, TCC, estágios e componentes EaD); corpo docente (perfil docente, formação docente e produção científica docente); gestão do curso (NDE, colegiado, titulação do coordenador, referência a atividade de pesquisa ou produção acadêmica e referência a atividade de extensão – vínculo social); avaliação I (avaliação da aprendizagem, curso e do PPC); avaliação II (avaliação docente, autoavaliação docente e avaliação institucional) e infraestrutura (laboratórios didáticos especializados, laboratórios de habilidades, acessibilidade, comitês de ética e número de estudantes por turma).

Gráfico 1. Avaliação da organização didático pedagógica.



Likert: 1 (informação ausente), 2 (informação parcialmente presente) e 3 (informação totalmente presente)

O curso de Fisioterapia atendeu satisfatoriamente aos quesitos analisados no PPC, uma vez que continha grande parte dos elementos explorados pela matriz de análise nas versões estudadas. Contudo, alguns elementos foram abordados de forma parcial. Tornou-se visível a evolução da matriz curricular, incorporando ao longo dos anos diversos elementos antes ausentes, como aspectos relacionados com a internacionalização e a integração com o SUS. A visualização desta percepção foi facilitada pelo uso da escala tipo Likert.

Com relação aos demais cursos em que a metodologia foi aplicada, percebemos que vários itens não constam nos PPC. Destacamos a falta de proposição dos cursos quanto à utilização dos resultados das avaliações externas para melhoria das boas práticas dos cursos. Foram raras, por exemplo, as informações provenientes das respostas do Questionário do Estudante (instrumento do INEP utilizado nos ciclos avaliativos do ENADE) que poderiam servir como subsídio à gestão do curso e da instituição.

Os PPC analisados são fiéis às legislações externas e às normativas e resoluções institucionais. No entanto, o ENADE, o Questionário do Estudante, o Questionário do Coordenador e os dados institucionais informados pela IES ao Censo da Educação Superior-CENSUP têm refletido pouco na construção destes documentos. Infelizmente, passam ser apenas questões burocráticas a participação dos estudantes destes cursos e dos próprios cursos nesses processos avaliativos.

CONCLUSÃO

As políticas de ES interferem diretamente na qualidade do ensino e, conseqüentemente, na formação dos profissionais que prestam serviços à sociedade. Devido a isso, a realização de pesquisas nessa área é essencial, à medida que permite identificar se as instituições e os cursos de ES do país, de todos os tamanhos e áreas de formação, têm, de fato, atuado com responsabilidade pública e social, e não apenas voltados a interesses de empresas de ensino.

A análise quali-quantitativa do PPC extrapola o entendimento desse instrumento como um elemento meramente de autorregulação, visto que permite a compreensão de fatores intrínsecos. Por exemplo, a perspectiva da instituição e como esta se articula ao projeto de formação, bem como expõe os fundamentos em que se encontram alicerceados – políticas estatais, gestão superior, do curso e dos estudantes. Devido a isso, o PPC configura-se como uma excelente ferramenta para analisar se os quesitos de qualidade foram e/ou estão sendo incorporados.

Contudo, o estudo desse instrumento deve ser direcionado e padronizado para que se promovam sapiências correspondentes e comparáveis. Para tanto, propomos a matriz de análise associada à escala do tipo Likert, por ser uma metodologia de análise forte, que permitiu a repetibilidade na instituição, assim como é possível a reprodutibilidade. Portanto, este artigo visa auxiliar no processo de qualidade e autorregulação das graduações e, conseqüentemente, da ES.

Em nosso país, a prática da avaliação de políticas públicas e institucionais é insipiente, de forma que muitos dos recursos e esforços na direção de promoção de eficiência e qualidade são desperdiçados. No caso de políticas para o setor educacional, ocorre a mesma situação; muitas vezes, as regras estabelecidas são cumpridas de forma meramente burocrática, e a visão da qualidade é reduzida a indicadores básicos, sem que seu potencial de promoção de melhores práticas e serviços sociais seja, efetivamente, aproveitado¹².

A elaboração de PPC parece ser mais um desses casos; ela tem enorme valor à medida que retrata o projeto formativo do curso, ou seja, o que docentes e instituição têm a oferecer ao estudante. A clareza de todos os agentes envolvidos na sua execução quanto ao que se propõe e o porquê – seus fundamentos, objetivos, alinhamento com diretrizes institucionais e de área – é fundamental tendo em vista a qualidade da formação dos estudantes. Exatamente por isso, ele tem grande importância para a gestão, com vistas à organização do trabalho docente, ao adequado atendimento das demandas estudantis e ao estabelecimento de relações com a comunidade externa.

Ademais, para além dos benefícios diretos ao estudante e à gestão do curso, cabe atentar em que medida os PPC apontam quanto à responsabilidade pública e social do curso e da formação – algo, muitas vezes, esquecido pelas empresas de ensino. É nesse contexto que se fazem necessárias a produção de conhecimento e as análises como a proposta neste artigo, à medida que apoiam o conhecimento e aperfeiçoamento das propostas de formação dos cursos de graduação do país, independentemente de seu tamanho e área de atuação.

Dessa forma, o estudo proposto extrapola o entendimento desse instrumento como mero elemento de autorregulação, visto que permite a compreensão de fatores intrínsecos a cada curso. A matriz de análise proposta, associada à escala do tipo Likert, mostrou-se uma metodologia de análise potente, a ser utilizada em distintos cursos, e sua constante utilização aponta os avanços longitudinais. Revela, ao mesmo tempo, que a análise do PPC se configura como ferramenta apropriada para identificação de como quesitos de qualidade foram e/ou estão sendo incorporados na proposta de formação dos cursos.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. [Acessado 2020 set 10]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm
2. Faria, KN; Nogueira, R; Ramos, ML; Neves, DR; Ribeiro, CL; Santos, AP. O contexto formativo em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) em consolidação: visão dos alunos de Fisioterapia. *Revista Brasileira de Educação Médica*. 2014, 38 (1): 72-78.
3. Cardoso Filho FAB, Magalhães JF, Silva KML, Pereira ISSD. Perfil do Estudante de Medicina da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. *Revista Brasileira de Educação Médica* 2015; 39 (1): 32-40.
4. Sguissardi V. Educação superior no Brasil. *Democratização ou massificação mercantil?* *Educ. Soc.* 2015; v. 36, no. 133, p. 867-889.
5. Wittkowski JRT, Meneghel, SM. Políticas de Ação Afirmativa na Educação Superior brasileira: entre conquistas e negações. *Polyphônia. Revista de Educación Inclusiva* 2019; v. 1, p. 1.
6. Verhine RE. Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos de SINAES. *Avaliação* 2015; v.20, n.3, p.603-619.
7. Rede Universitas. Sobre a Rede. [Acessado 2020 Set 10]. Disponível em: http://www.redeuniversitas.com.br/p/rede-universitas_22.html.
8. Creswell J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.
9. Paschoarelli LC, Medola FO, Bonfim GHC. Características qualitativas, quantitativas e quali-quantitativas de abordagens científicas: estudos de caso subárea do design ergonômico. *Revista de Design, Tecnologia e Sociedade* 2015; 2(1), p. 65-78.
10. Sá-Silva JR, Almeida CD, Guindani JF. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira e História & Ciências Sociais* 2019; ano I, número I, p.1-15.
11. Teixeira RC, Muniz JWC; Nazaré DL. O currículo para a formação do fisioterapeuta e sua construção histórica. *Cad. Edu Saúde e Fis.* 2017/1; v.4, n.7 p.27-39.
12. Pintarelli CM, Montibeller M. Avaliação no curso de fisioterapia da Universidade Regional de Blumenau: avaliação e possibilidades de prevenção [trabalho de conclusão de curso]. Blumenau (SC): Universidade Regional de Blumenau; 2011.
13. Dias Sobrinho J. Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. *Revista Avaliação* 2008; vol.13. no.3.

Recebido: 12/05/2020
Aprovado: 17/06/2020